



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 29 de novembro de 2022
(OR. en)

15269/22

SOC 652

NOTA

de:	Presidência
para:	Delegações
Assunto:	O papel da política da família no contexto da evolução demográfica na UE – Nota de orientação da Presidência

Junto se envia, à atenção das delegações, uma nota de orientação da Presidência sobre o assunto em epígrafe, tendo em vista o debate a efetuar durante o almoço na reunião do Conselho EPSCO de 8 de dezembro de 2022.

Conselho EPSCO (Emprego e Assuntos Sociais)

Almoço – O papel da política da família no contexto da evolução demográfica na UE

As famílias são os primeiros alicerces da sociedade, e o seu bem-estar determina o clima social em geral. O apoio às famílias é, por conseguinte, essencial para o desenvolvimento da sociedade. As mudanças na sociedade estão a reforçar a diversidade da vida familiar. Entre as alterações mais significativas contam-se o aumento da taxa de divórcio, do número de filhos nascidos fora do casamento e do número de famílias monoparentais. A divisão e a partilha de responsabilidades entre os pais também estão a mudar. Tudo isto acarreta uma grande exigência em matéria de políticas familiares inclusivas por parte dos Estados.

Embora a política da família não seja uma competência da UE, a UE influencia positivamente as famílias através de uma série de medidas legislativas e não legislativas, que incluem, por exemplo, a Estratégia da UE para a Igualdade de Género 2020-2025, a Estratégia da UE sobre os Direitos da Criança e a Recomendação do Conselho relativa à criação de uma Garantia Europeia para a Infância. A Estratégia Europeia de Prestação de Cuidados, recentemente publicada, salienta a importância de existirem serviços de cuidados de elevada qualidade, acessíveis e a preços comportáveis, bem como do apoio aos cuidadores formais e informais. A Diretiva relativa à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e a Diretiva relativa a condições de trabalho transparentes e previsíveis visam facilitar a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, tornando o trabalho mais previsível, promovendo regimes de trabalho mais flexíveis e reforçando os incentivos para que os progenitores de sexo masculino participem nos cuidados. Os fundos da política de coesão e os planos nacionais de recuperação no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência desempenham um papel importante, por exemplo, na criação de estruturas de acolhimento de crianças ou na prestação de apoio aos serviços sociais e de cuidados.

Muitos Estados-Membros têm vindo a registar ao longo do tempo um decréscimo persistente da fertilidade e um aumento da esperança de vida, o que resulta no envelhecimento da população e na alteração das estruturas etárias da população. Em 2018, a esperança de vida à nascença era de 78,2 anos para os homens e 83,7 anos para as mulheres. Prevê-se que esta tendência se mantenha, com os homens nascidos em 2070 a viver, em média, até aos 86 anos e as mulheres nascidas no mesmo ano até aos 90 anos. Em 2070, a percentagem de pessoas com mais de 65 anos será 30,3 % da população (20,3 % em 2019), e as pessoas com mais de 80 anos representarão 13,2 % da população (5,8 % em 2019). Esta situação irá acarretar encargos acrescidos para os sistemas de proteção social, incluindo as pensões, a saúde e os cuidados prolongados, o que terá impacto no financiamento e na adequação das prestações, bem como na procura de mão de obra para o setor da prestação de cuidados. A diminuição da população em idade ativa exige que se explore o potencial de todas as gerações e que se promova a sua participação ativa na sociedade.

Neste contexto, podem ter um impacto positivo na decisão de ter filhos, e no número de filhos planeados, as medidas de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e o apoio aos serviços de acolhimento de crianças, bem como o apoio financeiro sob várias formas e um sistema fiscal e de segurança social que não gere desincentivos ao trabalho para as segundas fontes de rendimento das famílias. Estão em vigor em todos os Estados-Membros várias medidas destinadas a reconhecer o valor da educação e da prestação de cuidados aos filhos, por exemplo sob a forma de créditos de pensão ou de bónus por filho criado, estando também a ser discutidos o reconhecimento de várias formas de parceria e a solidariedade intergeracional nos regimes de pensões.

Neste contexto, os ministros são convidados a responder à seguinte pergunta:

Que medidas específicas considera fundamentais para a decisão das famílias de ter filhos e o planeamento familiar, ou para a decisão de ter dois ou mais filhos? As medidas do seu país centram-se nas famílias em geral, ou existem medidas específicas para famílias jovens, famílias com três ou mais filhos, etc.?